

Estimativas feitas pelo economista Celso Martone, da Universidade de São Paulo, com base em dados do Fundo Monetário, indicam que os déficits públicos acumulados elevam-se a 13,8% do Produto Interno Bruto. Para chegar a esse resultado o economista considerou não apenas os déficits do Governo Federal — que respondem pela metade — mas ainda o dos Estados, Municípios e empresas estatais.

Ora, déficits no setor privado significam o fechamento das empresas ou o financiamento a taxas elevadas de juros; no setor público, o déficit é coberto por emissões de papel moeda, por financiamentos através de títulos do tesouro, por aumentos de impostos ou créditos externos.

Este primeiro divisor de águas já é suficiente para demonstrar como o descontrole nas finanças públicas pune de maneira desigual as duas pontas do sistema econômico: as empresas estatais, de um lado, e particulares de outro.

Dessa forma, quando o Governo dá uma ênfase extraordinária aos problemas externos que colheram a economia brasileira, pode estar também, na realidade, jogando uma cortina de fumaça sobre as mazelas internas que agravaram a situação. Não seria correto dizer que a situação internacional não afetou o Brasil: somos punidos nos preços do petróleo, nas taxas de juros e no estreitamento do mercado importador. Contudo, o que não se mediu até agora são as condições que o país teria para atravessar essas dificuldades com menos sofrimentos, se não sofresse a atual hipertrofia do setor público.

Comparações podem ser feitas entre *déficits* e *déficits*. O Governo americano, por exemplo, tem primado nos últimos exercícios por uma extraordinária capacidade para gerar déficits públicos. A diferença entre um *déficit* nos Estados Unidos e outro no Brasil reside na apropriação dos recursos: em larga medida, o governo americano recorre às empresas particulares para o suprimento de suas necessidades, enquanto em nosso caso os déficits estão realimentando empresas estatais com índices baixos de produtividade, governos locais que gastam a maior parte das verbas com despesas de custeio, fomentando o empreguismo, e municípios para os quais as transferências freqüentemente se fazem com um caráter clientelista.

Todo esse quadro insere-se na moldura maior do conceito orçamentário: como e para que deve a União gastar os recursos que arrecada? Temos assistido, ao longo de mais de uma administração, à voracidade com que as verbas são sugadas por inúmeros canais públicos para aplicação em projetos que não se completam, ou, uma vez prontos, mostram-se inviáveis no curto prazo ou são simplesmente de um caráter econômico questionável, como a Ferrovia do Aço, o plano Nuclear e tantos outros.

Não cabe, pois, ao Governo continuar usando o pano de fundo da dívida externa para encobrir os problemas reais com os quais o país se defronta, e que nascem diretamente da má gestão dos dinheiros públicos dentro da própria economia brasileira. Antes de começar por fora, uma reforma do sistema deveria começar por dentro.